

MPSP apura falta de abrigo em PG para mulheres vítimas de violência

NA CIDADE. Falta abrigamento para mulheres vítimas de violência

PG: falta de abrigo na mira do MP-SP

» O Ministério Público de São Paulo (MPSP) de Praia Grande instaurou procedimento preparatório de inquérito civil (PPIC) para apurar a ausência de programas de abrigamento específicos para mulheres vítimas de violência doméstica no município.

A promotora Thalita Marques do Nascimento destacou que a falta de serviços de acolhimento para pessoas nessas condições representa grave omissão da administração municipal, com infração a dispositivos legais como a Lei Ma-

ria da Penha e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

O procedimento foi motivado por relato que apontou a inexistência de casas de acolhimento ou programas oficiais de proteção na cidade do litoral paulista.

Em resposta a questionamentos prévios, a Secretária de Assistência Social local informou que, em casos de alta gravidade, como ameaça de morte, as vítimas são orientadas a buscar abrigo em outras cidades.

Nos casos considerados de menor risco, o município oferece hospedagem temporária em hotéis ou pousadas, acompanhada de suporte técnico e assistência básica.

Entre as medidas iniciais, a promotora solicitou que o Poder Executivo envie, em até 40 dias, dados sobre a quantidade de mulheres atendidas pelo serviço de assistência social e encaminhadas para abrigamento temporário ou para outros municípios.

Também informações sobre os recursos orçamentários para o auxílio de vítimas nos anos de 2023 e 2024; e o andamento da minuta de edital para a seleção de uma organização que ofereça serviços de acolhimento, incluindo detalhes sobre prazos, objetivos e recursos.

Além disso, foram expedidos ofícios para a Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal para levantamento de estatísticas envolvendo atendimentos a mulheres em risco por violência doméstica nos últimos dois anos, com o objetivo de obter um panorama mais amplo e detalhado da situação.

REGISTRO.

Após recomendação expedida em maio pelo MPSP, o município de Registro



Falta de serviços de acolhimento representa omissão da prefeitura

Para Thalita, falta de serviços de acolhimento para pessoas nessas condições representa grave omissão da Administração

anunciou que está na fase final da implementação de sua Unidade de Suporte Avançado do SAMU (UTI Móvel).

Segundo o informado pela Prefeitura via ofício do dia 8 de novembro, a administração local já providenciou a ambulância e aguarda apenas a

instalação de equipamentos complementares de suporte à vida, enquanto medicamentos e insumos vêm sendo garantidos pela Unidade de Pronto Atendimento da cidade. Ontem, houve reunião com a equipe de gestão para a definição de fluxos para o início do serviço.

A recomendação havia sido publicada no âmbito de um Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA) que citou atendimento prestado em 1º de maio a uma criança vítima de afogamento em Registro, ocasião em que a unidade do SAMU designada para a ocorrência não dispunha de equipamentos, insumos nem profissionais aptos para o socorro, contando apenas com técnica de enfermagem e motorista.

Também em atendimento à orientação do MPSP, o Poder Executivo de Registro afirmou que passou a integrar os esforços para implantação do Projeto SAMU Regional, sob coordenação do Departamento Regional de Saúde XII.

Portaria emitida pelo Ministério da Saúde em 2017 prevê a regionalização da implantação do SAMU, inclusive em áreas com população inferior a 350 mil habitantes, caso do Vale do Ribeira. (Carlos Rattton)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3